

Ensino e alfabetização (científica) para a autonomia: estudos do pensamento político pedagógico de Jean-Jacques Rousseau.

Edson de Sousa Brito¹
Universidade Federal de Jataí
Jataí-GO

Resumo: O presente texto tem como foco central o estudo do livro *Emilio*, de autoria de Jean-Jacques Rousseau, e as contribuições para a Educação e Alfabetização Científica. No livro *Emilio*, a educação tem como objetivo formar o ser humano livre, bem como formar para a liberdade, respeitando as fases da constituição natural do ser humano. A obra fundamenta-se em tratar a criança de forma livre, respeitando as necessidades básicas dela. O tema se justifica tendo em vista a formação docente visando as contribuições do pensamento de Rousseau, sobre a educação e alfabetização da criança. Como problematização questiona-se o que vem a ser a alfabetização e como ela deve ser efetivada de acordo com a teoria educacional de Jean-Jacques Rousseau. Objetiva-se compreender de que forma se dá a ideia de autonomia proposta na alfabetização no pensamento do autor. Para desenvolver este trabalho utilizou-se a metodologia de pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Educação; Alfabetização; Autonomia; Jean-Jacques Rousseau

Education and literacy (scientific) for autonomy: studies of the political pedagogical thought of Jean-Jacques Rousseau.

Abstract: This text focuses on the study of the book *Emilio*, authored by Jean-Jacques Rousseau, and contributions to Education and Scientific Literacy. In the book *Emilio*, education aims to form the free human being, as well as to form for freedom, respecting the phases of the natural constitution of the human being. The work is based on treating children freely, respecting their basic needs. The theme is justified in view of the teacher education aiming at the contributions of Rousseau's thought, on the education and literacy of the child. As a problematization, it is questioned what literacy is and how it should be carried out according to the educational theory of Jean-Jacques Rousseau. The aim is to understand how the idea of autonomy proposed in literacy in the author's thinking occurs. To develop this work, the bibliographic research methodology was used.

Keywords: Education; Literacy; Autonomy; Jean-Jacques Rousseau

1. INTRODUÇÃO - A EDUCAÇÃO EM ROUSSEAU

A educação consiste em um conjunto de influências causadas pela sociedade, pais e professores que exercem um sentido amplo na vida das crianças. O objetivo principal da educação é desenvolver habilidades e competências para atender necessidades de determinadas épocas.

Hoje observa-se uma educação que balbucia para formar crianças visando que no futuro se tornem autônomas e capazes de preparar-se para o mercado de trabalho. Para isso é preciso que de forma crítica se adaptem à sociedade e vivam de forma harmônica.

¹ Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Professor na Universidade Federal de Jataí. E-mail: edsonbrito@ufj.edu.br

Nas cidades gregas e latinas, a educação preparava o indivíduo a subordinar-se cegamente à coletividade; a se tornar brinquedo na sociedade. Hoje ela se esforça para torná-lo uma personalidade autônoma. Em Atenas, procurava-se formar espíritos delicados, sábios, sutis, entusiasmados com a moderação e a harmonia, capazes de apreciar o belo e as alegrias da pura especulação (DURKHEIM, 2011, p. 28).

Os modelos educativos em Atenas, eram caracterizados para formar cidadãos guerreiros, marcando uma sociedade fechada, ao mesmo tempo de formação cultural aberta que valorizava a capacidade do indivíduo de construir seu próprio mundo interior e social. Em Atenas, foi gerado dois tipos de educação: um caracterizado pelo conformismo e no estatismo, e o outro na concepção de formação ética, sendo humana e livre com experiências diversas sendo elas culturais, sociais e antropológicas.

Todo esse processo que envolve costumes e ideias não foi criado individualmente. O homem e a mulher são produtos de uma história, assim como a educação e o sistema educacional, ambos foram influenciados por pensamentos políticos, religiosos e científicos.

A família de qualquer sociedade ou época, tem papel fundamental na educação da criança. É através dessas primeiras vivências que se possibilita reconhecer o outro e a si mesmo, assim como comunicar, comportar, compreender sistemas de valores e concepções do mundo. Essas ações da criança são mediadas pela família, agindo de forma ideológica e regulando a identidade física, cultural e promovendo a socialização.

A educação é componente tão fundamental da cultura quanto a ciência, a arte ou a literatura. Sem a educação não seria possível aquisição e transmissão da cultura, pois pela educação é que a cultura sobrevive no espírito humano. Cultura sem educação seria cultura morta. E esta é também uma das funções essenciais da educação: fazer sobreviver a cultura através de séculos (LUZURIAGA, 1984, p. 02).

A educação não se realiza sempre do mesmo modo, variando de acordo com as necessidades da sociedade de cada época. Isso porque tudo está em constante mudança e desenvolvimento, sendo influenciada pela cultura, estrutura social, atuação dos educadores e orientação política.

A educação infantil começa na família e no lar da criança. O conhecimento adquirido através das vivências como o convívio com a mãe, o pai, e outros membros familiares servem como bagagem para que ao ser inserido no ambiente escolar, este continue adquirindo conhecimentos através dos docentes. Para este propósito, o respeito pela condição da criança como também sua cultura, classe social, diversidade de idade, histórias de família, etnia e religião devem ser respeitados.

As instituições de educação da criança pequena estão em estreita relação com as questões que dizem respeito à história da infância, da família, da população, da urbani-

zação, do trabalho e das relações de produção, etc.- e, é claro, com a história das demais instituições educacionais. Não se trata apenas da educação infantil: a história da educação em geral precisa levar em conta todo o período da infância, identificada aqui como condição da criança, com limites etários amplos, subdivididos em fases de idade, para as quais se criaram instituições educacionais específicas (KUHLMANN, 2004, p. 16).

Entender o contexto em que a criança esteja inserida bem como suas dificuldades e grau de entendimento são essenciais. A generalização do modo de educar devem ser evitados, pois os estudantes não adquirem conhecimento ao mesmo tempo, ou seja, constitui aprendizado heterogêneo sendo esse um processo gradativo e constante.

Na época atual, encontram-se traços de um novo modelo de educação: a Escola Nova. Esta teve início no século XIX, marcando uma consciência educativa inovadora que inclui a área da psicologia e respeitando a psique infantil que antes era comparada com a psique do adulto. Sendo influenciada pelos educadores que atuam de forma diretamente no sistema educacional e na própria organização da instituição.

A característica comum e dominante dessas “escolas novas”, que tiveram difusão predominantemente na Europa ocidental e nos Estados Unidos, deve ser identificada no recurso à atividade da criança. A infância, segundo esses educadores, deve ser vista como uma idade pré-intelectual e pré-moral, na qual os processos cognitivos se entrelaçam estreitamente com a ação e o dinamismo, não só motor, como psíquico, da criança. A criança é espontaneamente ativa e necessita, portanto, ser libertada de vínculos da educação familiar e escolar, permitindo-lhe uma livre manifestação de inclinações primárias (CAMBI, 1999, p. 514).

A criança é um ser em formação, passando por várias etapas todas com mesmo grau de relevância. O respeito do adulto em todo o processo de formação é necessário e, entender suas necessidades e vontades fazem parte do contexto no aprendizado da criança. Muitas vezes percebe-se que o educador age de forma negativa, com atitudes que levam a criança à obediência e submissão.

No século XX, a maior parte da população europeia, inglesa e americana já estavam alfabetizadas. No Brasil, nesta época somente uma pequena minoria tinha acesso à educação e alfabetização. A primeira guerra mundial e a revolução Russa, influenciaram os países europeus e americanos numa profunda reforma na área política educacional.

Suprir as classes primárias dos liceus e colégios; abolir as contribuições escolares em todos os estabelecimentos públicos de ensino secundário e profissional; substituir o regime de bolsas pela admissão gratuita, nesses estabelecimentos, dos candidatos mais capazes, mediante exames e concursos acessíveis aos alunos de escolas públicas ou particulares; construir com as subvenções do Estado e as contribuições da

iniciativa privada um fundo nacional, para empréstimos aos estudantes, ou para adiantamentos às famílias. Depois de vários projetos e disposições, deu-se grande passo no caminho da educação democrática em 1930, com o iniciar-se a gratuidade do ensino secundário, plenamente realizada em 1932 e 1933 (LUZIARAGA, 1984, p. 214).

Neste momento a escola se torna acessível para todas as classes sociais. As crianças envolvem-se no ensino escolar, contudo, este ensino não será apto para todos os diferentes níveis de aprendizagem das crianças. A possibilidade de um ensino que abrangesse todos os níveis de educação, cultura geral, escola acessível, profissional, gratuita e permitindo o maior número de estudantes por professor, bem como as atividades manuais e literárias, buscando a construção da autonomia estudantil, seria o necessário para que esta educação de fato acontecesse e que ocorresse de forma democrática. Os Estados Unidos, destacou-se como o país que aplicou a democratização da educação, pregando a seguinte frase: “igualdade de oportunidades educacionais para todos”. Vários pensadores como Washington, Jefferson e Lincoln, defendiam essa ideia. O professor Ellwood P. Cubberley destaca como é feita essa educação no país:

Um princípio que estabelecemos em nossa política educacional é o de que as escolas não só devem oferecer igual oportunidade para todos em qualquer grau ou espécie, como também o Estado deve oferecer plena oportunidade para que os jovens se elevem, e essa oportunidade seja igualmente gratuita e aberta a todos (LUZIARAGA, 1984, p. 219).

Nesse contexto, a escola se responsabiliza por todos dando oportunidades para que tenham ensino acessível, elevando o grau de ensino, fazendo com que o Estado seja responsável do sucesso das crianças e conseqüentemente obtenham benefícios para a sociedade no geral.

A educação no Brasil, sofreu influência de Portugal, devido ao colonialismo no século XIX, tendo influência também da Igreja Católica, com marco no ano de 1890 na cidade de São Paulo, onde surge os primeiros grupos escolares. A educação teve interesse por parte do movimento anarquista, isso porque os anarquistas acreditavam que poderiam ter revoluções sociais, devido ao poder que a educação tem em modificar o pensamento da sociedade. A busca pela liberdade sem uma sociedade oprimida e influenciável era a meta desse movimento. Mais tarde surge Paulo Freire, que com Rousseau, propôs uma educação transformadora e libertadora.

Sua pedagogia é uma pedagogia para libertação no qual o educador tem um papel diretivo importante, mas não é “bancário”, é problematizador, é ao mesmo tempo educador e educando, é coerente com a sua prática, é pacientemente impaciente, mas pode também se indignar e gritar diante da injustiça (GADOTTI, 2008, p. 234).

O educador deve intervir o mínimo na natureza da criança, saber lidar com elas, respeitando seus pensamentos e sua vida particular. Esse é o pensamento de Jean-Jacques Rousseau.

Suas ideias mostram uma coerência saindo do simples e partindo para soluções e perguntas que discutem até hoje o papel da sociedade na formação humana.

Graças à influência de Rousseau, que havia insistido na necessidade de basear no processo educativo nas peculiaridades da mente infantil, começam os pedagogos no século XIX a se inclinar para o estudo sistemático da natureza da criança como ponto de partida para o desenvolvimento de suas teorias e práticas educativas (ROSA, 1972, p. 243).

Suas concepções servem de orientação para entender a proposta de uma educação baseada na autonomia da criança em um processo contínuo de aprendizagem e formação. Rousseau, não era pedagogo, mais sua filosofia ajudava na compreensão e na melhoria da educação. Para entender a educação proposta por ele, parte-se da ideia de que a criança já é um ser autônomo. Caracterizado por três tipos: a educação da natureza, dos homens e das coisas, todas elas estão ligadas entre si, são representadas nas diversas fases da vida do ser humano. Rousseau, ao longo de sua vivência passa pelas três fases. A dificuldade do educador é entender o conhecimento e a compreensão do raciocínio da criança, ou seja, ao raciocinar ela buscará em sua memória o que antes já conhecia. Se o que é ensinado pelo educador nunca foi vivenciado pela criança, a compreensão fica quase improdutiva pois, o raciocínio caminha junto com a compreensão.

Essa educação nos vem da natureza, ou dos homens ou das coisas. O desenvolvimento interno das nossas faculdades e de nossos órgãos é a educação da natureza; o uso que nos ensinam a fazer desse desenvolvimento é a educação dos homens; e o ganho de nossa própria experiência sobre os objetos que nos afetam é a educação das coisas (ROUSSEAU, 1992, p. 11).

Ao analisar a educação identifica-se um hábito, ou seja, uns conservam enquanto outros esquecem aquilo que se é ensinado. Na educação da natureza a criança já possui consciência de sensações. À medida que a natureza se torna mais esclarecida a razão a conduz para que busque sua satisfação. A educação do homem e da mulher depende do próprio homem e da própria mulher. No entanto, não se pode ter controle de todos os que cercam a criança, pois, vão reprimir e tentar privar sua liberdade.

No livro *Emílio*, a principal problematização da educação é educar onde existe uma sociedade corrompida e, que a natureza do homem e da mulher é reprimida. O autor discute alguns conceitos como; liberdade, sociedade, educação e apresenta o seu entendimento sobre o homem social e natural no atual contexto da sociedade.

Rousseau, faz análise de como era vista a educação doméstica ou a educação da natureza na formação do ser humano. Na sociedade corrompida, o indivíduo é único e está à margem

da sociedade sendo que necessita de uma educação própria para que seja possível conviver e suportar com as dificuldades impostas pelo seu meio social, político e/ou das leis humanas.

Sendo assim, os educadores devem seguir o princípio da condição humana, ou seja, ver o homem e a mulher como independentes, capazes de ter vontades próprias, partindo de vivências, experiências e sensações. Essa educação ao contrário do que se conhece hoje, implica na ideia de que os tutores não podem ter pressa no fazer educacional e que a interferência desse tutor deve aproximar a criança daquilo que é natural.

Nosso verdadeiro estudo é o da condição humana. Quem entre nós melhor sabe suportar os bens e os males desta vida é, a meu ver, o mais bem educado; daí decorre que a verdadeira educação consiste menos em preceitos do que em exercícios. Começamos a instruir-nos em começando a viver; nossa educação começa conosco; nosso primeiro preceptor é nossa ama (ROUSSEAU, 1992, p. 16).

Para tanto a primeira educação começa pela ama, comparada com a figura da mãe ou da mulher. Nos primeiros dias de vida, a criança já começa a ter sensações e, desenvolve os primeiros exercícios que a vida as impõe, como por exemplo, o choro, advindo da dor e da fome. É de sua natureza estar preparada para enfrentar os desafios que surge ao nascer ao qual o responsável pela vivência e cuidados são de natureza materna.

O preceptor tem a tarefa de usar a educação apropriando-se dela para orientar a criança para que o lhe é natural. Rousseau, questiona que tipo de orientação e como deve ser feito. Ao analisar o contexto ele entende que as etapas de construção devem seguir alguns pontos importantes, dentre eles destacamos: é necessário ter respeito e confiança de ambas as partes, o adulto precisa compreender a criança em seu contexto, aceitar sua forma de viver, ter convivência com o mundo, e construir uma parceria até nas diversões e momentos de lazer.

A criança, em todas as fases, desde o nascimento até aos doze anos precisam ser assistidas pelo preceptor. A ciência que deve ser ensinada baseia-se nos deveres do homem e da mulher, instruindo e proporcionando a compreensão das normas. Observar o contexto do estudante é uma das particularidades que Rousseau faz referência.

O homem ou a mulher é capaz de transformar tudo ao seu redor, pelas suas ações ele se adapta ao meio em que vive e busca satisfazer suas necessidades. A criança ao nascer se encontra desprovida dessa força, necessitando de assistência que no primeiro momento é feito pela mãe. Segundo Rousseau (*EMILIO*, 1998, p.10), “nascemos fracos, precisamos de força; nascemos desprovidos de tudo, temos necessidade de assistência; nascemos estúpidos, precisamos de juízo. Tudo o que não temos ao nascer, e de que precisamos adultos, é-nos dados pela educação”. Isso remete o quanto é importante a presença da mãe que não se baseia somente nos primeiros cuidados, como banho, alimentação, mas também, ao respeito e a função de mediação na construção da educação.

Em sua obra *Emilio*, o autor ressalta como principal característica a autonomia da criança. A palavra autonomia, de acordo com o dicionário *Logos*, significa:

No sentido etimologia, autonomia consiste em ter leis próprias. Aplicada primeiramente aos povos e estados o termo veio posteriormente a aplicar-se a indivíduos vir ao conhecimento, as de diversas ciências e as próprias realidades. Isso implica sempre uma certa Independência, em determinado campo (LOGOS, 1997, p. 532).

Expõe-se assim que autonomia é aquele que é autônomo, independente, que toma suas próprias decisões, sem interferências exteriores. Nesse sentido, as crianças em sua autonomia devem ter liberdade de pensar, agir e saber que são livres e capazes de aprender com ajuda do preceptor ou do tutor.

Nossa mania pedante de educar é sempre a de ensinar às crianças o que aprenderiam muito melhor sozinhas e esquecer o que somente nós lhe poderíamos ensinar. Haverá coisa mais tola do que o cuidado que tomamos para ensinar-lhes a andar, como se tivéssemos visto alguém que, por negligência de sua ama, não soubesse andar quando grande? E, ou contrário, quanta gente vemos andando mal porque lhe ensinaram mal a andar? (ROUSSEAU, 1992, p. 59).

Permitir que a criança caía, se levante, experimente sensações e emoções diferentes, são contribuições que o preceptor não deve privar ou negar. A criança deve ser em primeiro lugar criança, ter brincadeiras de criança, obrigações de criança e não ser comparada com adulto.

A criança precisa amar sua infância. Essa fase tão curta é essencial para que ao se desenvolver ela se torne forte e capaz de enfrentar as dificuldades da vida. Ao censurar a criança daquilo que é natural a torna dependente e suas ações serão exercício de outros, sendo assim, seus movimentos são necessários para que suas ações sejam feitas por si mesmas.

A educação primeira deve portanto ser puramente negativa. Ela consiste, não em ensinar a virtude ou a verdade, mais em preservar o coração do vício e o espírito do erro. Se pudésseis conduzir vosso aluno são e robusto até a idade de doze anos, sem que ele soubesse distinguir sua mão direita de sua mão esquerda, logo às vossas primeiras lições os olhos de seu entendimento se abririam para a razão. Sem preconceitos, sem hábitos, nada teria ele em si que pudesse contrariar o resultado de vossos cuidados. Logo ele se tornaria, vem vossas mãos, o mais sensato dos homens; e começando por nada fazer, teríeis feito um prodígio da educação (ROUSSEAU, 1992. p. 80).

Para Rousseau, a criança até a idade dos doze anos precisa ser preservada de toda influência que a sociedade possa lhe causar. Ele entende que nesse momento, ela precisa ter um contato maior no próprio ambiente natural, sem preconceitos e hábitos, que poderiam mudar

seu processo de livre conhecimento. A criança é um ser em formação, puro, sensível, natural, atenciosa e estimula-se em diversas situações.

Nossos primeiros deveres são para conosco; nossos sentimentos primitivos concentram-se em nós mesmos; todos dos nossos movimentos naturais dizem respeito inicialmente à nossa conservação e ao nosso bem-estar. Assim, nosso primeiro sentimento de justiça não nos vem da que devemos e sim da que nos é devida; e é ainda um dos contrassensos das educações comuns que, falando de início às crianças de seus deveres, começam dizendo-lhes o contrário do que se impõe, o que não podem entender nem as pode interessar (ROUSSEAU, 1992, p. 84).

Rousseau, aponta a criança na infância em seu estado natural. É preciso que nessa fase a mesma considere o exercício de seu corpo e seus sentidos, de modo que se desenvolva sem a interferência do adulto, no sentido de não corromper, não ensinar vícios e nem preconceitos. Nesse período, o ato de raciocínio não pode ser inserido no contexto da criança. Para Rousseau, a idade ideal é a partir dos doze anos em que a criança passa a fazer parte da vida social, estando pronta para o contato com a educação intelectual.

A educação do homem é um resultado puramente moral. Não é o educador que lhe dá novos poderes e faculdades, mas lhe oferece alento e vida. Ele cuidará apenas de que nenhuma influência desagradável traga distúrbios à marcha do desenvolvimento da natureza. Os poderes morais, intelectuais e práticos do homem devem ser alimentados e desenvolvidos em si mesmo e não por sucedâneos artificiais (GADOTTI, 2008, p. 98).

Todas as etapas da vida do homem ou da mulher precisam ser respeitadas. A criança doravante passa por experiências que servem para a construção e formação humana ao longo de sua vida. Ao nascer ela não está pronta, por isso é importante que o tutor favoreça orientações para defender que não haja nenhuma influência desagradável e, que prejudique o desenvolvimento dela. De acordo com suas necessidades a criança apropria-se do momento vivido. Por suas vivências ela consegue aprender consigo mesma. O adulto precisa deixar que ela vivencie e aprenda. Todo gesto e ação como o próprio choro, são formas de comunicação e tem um significado. O adulto deve oferecer objetos variados para a criança pois, o novo estimula o desenvolvimento. É importante não forçar ensinamentos pois afasta a criança do seu natural e a conduz para o mundo corrompido.

A educação deve ocorrer de modo “natural”, longe das influências corruptoras do ambiente social e sob a direção de um pedagogo iluminado que oriente o processo formativo do menino para finalidades que reflitam as exigências da própria natureza. Cabe lembrar, porém, que “natureza” no texto de Rousseau assume três significados diferentes: 1. como oposição àquilo que é social; 2. como valorização das necessida-

des espontâneas das crianças e dos processos livres de crescimento; 3. como exigência de um contínuo contato com um ambiente físico não-urbano e por isso considerado mais genuíno (CAMBI, 1999, p. 346).

A criança precisa vivenciar o conflito, ver as dificuldades e através delas descobrir como resolvê-las. Para isso, o seu natural precisa ser preservado e respeitado pelo adulto. A mediação que o adulto faz precisa ser de modo que ele não tome partido e nem precise dar exemplos de outros, isto é extremamente importante para a criança. Isso porque desde pequena necessita compreender que ninguém faz como o outro, ou seja, que não se deve repetir as ações do outro. Cada um possui uma escolha, um modo de agir e pensar e, precisa saber que podem fazer as coisas sem sentir culpa.

A mediação que o adulto faz com a criança é importante porque é, nesse relacionamento que a criança se prepara no estágio mais avançado da idade em que necessita aprender a trabalhar em conjunto, bem como fazer as coisas e, o porquê de fazê-las.

Preparar as crianças para enfrentar os problemas do dia a dia as tornam independentes. Nesse sentido ela vai perceber que todas as experiências servem de aprendizado. Os castigos, as ameaças e punições devem ser evitados pois, a educação é feita em processo de planejamento. Rousseau, diz: “Já disse bastante em dar a entender que não se deve nunca infligir à criança o castigo como castigo e que este deve ocorrer-lhe como consequência natural de sua má ação”, (ROUSSEAU, 1992, p. 89). Como consequência de seus atos inadequados, a criança terá o castigo próprio, ela aprenderá com seus próprios erros e, sucessivamente sua ideia de ganho e perda será vista. É papel do adulto ensinar as virtudes e o caminho do bem para que ela esteja preparada para enfrentar as diversas situações impostas pela sociedade.

A criança que não tem um preparo de natureza, moral, sensorial, intelectual ou força, terá mais dificuldades de aprender. Esse preparo engloba o respeito à idade da infância nas experimentações, vivências e das mediações correta dos adultos, que não devem ter punições e/ou castigos. Um olhar diferenciado em que a criança é o eixo da aprendizagem para que assim esteja venha a conhecer sua autonomia, são essenciais.

2. A EDUCAÇÃO DA CRIANÇA E A ALFABETIZAÇÃO

A princípio é, necessário entender o que é educação e alfabetização na época de Rousseau. Precedentemente foi exposto que a alfabetização tem um dinâmica diferente do conceito de educação. A educação é algo espontâneo, que iniciou nas primeiras civilizações desde a antiguidade em que já existia uma prática educativa. Contudo, na época de Rousseau, essa educação se dava pela formação humana das crianças, ensinando valores e moral para formação do cidadão.

A educação tradicional prioriza a aprendizagem da escrita e a decodificação daquilo que já foi escrito. Destarte, além de aprender a ler, escrever e decodificar o que está escrito é, preciso saber significar as palavras escritas em relação ao mundo real, ou seja, era necessário compreender o que estava escrito e como os signos da escrita eram desenhados. Na educação em Rousseau, sucediam da mesma forma porém, se ressaltavam os princípios norteadores dessa prática como por exemplo, ao ensinar uma criança que ao aprender algo é necessário pensar na concepção que se tem de criança, de escola e de professor, enfim, englobando o contexto e o conteúdo. Sendo assim Rousseau, vem propor uma nova leitura desta forma de educação, onde a criança não se deve elevar ao nível do professor, mas sim, o professor que deve saber-se adequar ao mundo da criança (BRANDÃO, 1987).

Visto que na educação tradicional, o professor é considerado o centro da escola, para Rousseau, isso deve ser mudado. O que se propõe para essa mudança é uma readequação desses princípios da educação e mudanças de paradigmas em torno dos personagens da escola (educador e estudante). Um exemplo da necessidade de ressignificação desse contexto e o papel do professor, sendo o mesmo considerado o eixo fundamental do processo de educação, vivenciando uma autoridade inquestionável em torno do ensino (BRANDÃO, 1987).

Desta forma, na educação tradicional o professor é o que ensina, sendo dever do estudante adequar-se ao ensino. Caso o estudante não aprenda determinado conteúdo o problema não está no professor, mas sim, no estudante. Não havendo nesse contexto a possibilidade de questionar essa problemática da aprendizagem. Essa dubiedade não existia pois, não se questionava se o professor estava correto e se o conteúdo era adequado respeitando a idade da criança (ROUSSEAU, 1995).

Na primeira parte do terceiro livro do *Emílio*, o autor fala da educação da criança dos doze aos quinze anos de idade, em que se trata da educação intelectual, moral e social. Sabe-se que dos dois aos doze anos Rousseau, propõe uma educação intelectual a partir dos sentidos, ou seja, a educação do corpo. Na educação tradicional, havia a educação intelectual e a educação do corpo, sendo a primeira considerada a mais importante (ROUSSEAU, 1995).

A educação do corpo não tinha sentido no contexto histórico de Rousseau, assim como era na idade clássica por exemplo, na Grécia, tendo em vista a própria concepção de corpo naquele contexto específico. Consequentemente Rousseau, não trabalha estritamente a questão da alfabetização no sentido de ensinar técnicas de leitura, assim como podem ser contempladas no contexto atual. Perfazendo, ele propõe contribuições para a educação da criança dos dois aos quinze anos.

A educação se desdobra em um conceito amplo, podendo ser considerada como um processo mediante o qual afeta uma pessoa estimulando-a para que desenvolva suas capacidades cognitivas e físicas, integrando plenamente na sociedade que ela habita. Simultaneamente ao conceito é necessário pensar as tendências educacionais. A princípio há dois grupos de tendên-

cias educacionais, sendo dividida em várias concepções. Essas tendências são chamadas de progressista e não progressista (LUCKESI, 1994)

A educação progressista é aquela que proporciona uma escola que reproduz a sociedade no contexto da criança. A criança vai para a escola para se adequar à sociedade. Rousseau, acredita que a criança deve ser inserida na sociedade de tal forma que ela possa ser agente na sociedade, que tenha uma ação crítica e libertadora. O autor faz crítica justamente ao contexto educacional progressista, onde a criança é simplesmente uma massa de moldar e a escola molda-a para a sociedade (LUCKESI, 1994).

Rousseau, enfatiza que a educação tem o papel de transformar a sociedade e, não simplesmente reproduzir a mesma. Isso fica bem claro no contexto de uma sociedade onde há uma dominação das classes como por exemplo, em sociedades que se tenham uma monarquia, e que evidencia a educação como veículo de estatização da sociedade (PISSARRA, 2005).

Entender como se dá a alfabetização para Rousseau, é uma parte da educação em si bem como é a alfabetização. Para o autor, antes dos doze anos de idade o ser humano não deveria ter contato com livros e, só mais tarde é entendido este motivo de não o ter, pois, o mesmo não deveria fazer leituras e sim ser educado de outra forma, levando em conta uma educação que privilegia a obtenção dos conhecimentos de forma prática.

Alfabetização é um ato de ensinar o código de linguagem escrita e falada, ensinando a ler e a escrever. É um processo de compreensão de significados por meio de códigos, ou seja, para inserir o ser humano nesse mundo dos códigos. A alfabetização possibilita ao homem e à mulher fazerem parte da sociedade de forma crítica e dinâmica. Ela faz parte da constituição da personalidade. Se uma pessoa não é alfabetizada possivelmente pode ser tornar marginalizada na sociedade (BRANDÃO, 1987).

Rousseau, defende a possibilidade de uma educação transformadora cujo objetivo é atingir a relação educador-educando com o conhecimento, conforme surgem as necessidades do educando. O autor pergunta: qual é a necessidade da sociedade em formar uma escola que atinja a necessidade do estudante e a importância desse conteúdo para ele? Assim ele defende que a educação deve ter uma premissa que se baseia na necessidade do estudante e, assim deve-se perceber que a educação não é um trabalho voltado para a educação de massas, mas sim uma educação voltada para a formação de indivíduos (FORTES, 1976).

Rousseau, irá utilizar o termo útil, para se falar na educação que trata das coisas úteis que ela pode ensinar, ou seja, quais os saberes que é preciso adquirir para vivenciar em sociedade a formação do homem e da mulher? Essa ideia é uma das primeiras considerações que ele faz sobre o papel que deve ser desenvolvido pela alfabetização. Paulo Freire, se aproxima de Rousseau, no que diz respeito a alfabetização de adultos em que o autor parte da necessidade ou do contexto social que o adulto estava imerso para alfabetizá-lo. Isso mostra que a alfabetização vai de encontro com a necessidade do estudante.

O terceiro livro do *Emílio*, questiona de onde vem a fraqueza do homem e da mulher? Esta fraqueza é devida as desigualdades entre a força e os desejos (ROUSSEAU, 1995, p. 201 e 202). O homem ou a mulher se sentem fracos porque seus desejos são maiores do que suas forças. Esses desejos são comuns, assim como, o desejo de falar melhor, ser mais forte, ser o mais admirado e, não conseguindo isto o homem ou a mulher automaticamente se sente infeliz. A felicidade para Rousseau é, agir de acordo com seus desejos e sua força. O convívio em sociedade impõe isso, então propõe tirar a criança da sociedade em geral e trazê-la para uma sociedade particular. Essa sociedade particular é uma casa onde a criança vai ser educada e seus preceptores estarão em função dessa educação. Assim a criança só conhecerá os desejos que lhe forem apresentados. Ao conhecer estes desejos sentirá vontade de possuí-los. Nessa situação entra a questão do útil ao ensinar o que realmente será utilizado na vida da criança.

Destarte Emílio, não se preocupará com o sistema do mundo, leis da criação, cálculos, e sim com o conhecimento de si mesmo, de quem ele é e porque ele está lá, sendo uma educação humanista que parte do mundo das sensações para o mundo das ideias. No entanto, se difere da educação tradicional, onde as ideias das experiências se transformam em educação científica.

A filosofia em geral parte das ideias subjetivas e aplica-se ao mundo real. Rousseau, vai dizer que a ciência de sua época mostrava uma educação que partia da sensação, esta sensação gerada pelo contato do estudante com o objeto. Ao fazer uma pergunta a criança não deve receber uma resposta pronta e acabada e, sim, pensar sobre um determinado assunto para chegar a uma conclusão, sendo o professor responsável por propor questões ao seu alcance e deixar que o estudante resolva.

Rousseau, mostra que o adulto sentirá dificuldades de colocar-se no lugar da criança pois, ela é única em seu modo de pensar, raciocinar e em seu modo de aprender, assim como a sua aprendizagem. A educação deve consistir em ensinar ideias claras e justas. Essa educação consiste em fazer com que a criança aprenda a partir de suas necessidades em seu contexto de vida ao qual o autor a chama de educação negativa (ROUSSEAU, 1995, p. 219).

Rousseau, propõe uma educação não somente teórica, mas também prática e, assim nasce a inspiração para as escolas técnicas onde a educação se baseia em formar profissionais de modo técnico/prático. Curiosamente a profissão que Emílio aprende é a de marceneiro, devido os cálculos e abstrações utilizadas para o bom desenvolvimento dela, sem falar que o trabalho manual e sua natureza além da dimensão intelectual.

A criança ao invés de ser colocada somente no mundo dos livros deve passar a utilizar suas mãos em prol do desenvolvimento do seu espírito. O autor defende que pelo trabalho do corpo ela pode se tornar uma pessoa melhor. A cultura da sociedade ocidental defende o contrário, afirmando que quem desenvolve o trabalho manual é considerado inferior. Rousseau, diz que a criança sabe que deve se tornar um adulto e, suas ideias sobre a condição do adulto são instrumentos e oportunidades para seu desenvolvimento (ROUSSEAU, 1995, p. 223).

O autor defende uma educação através das ações e do fazer pedagógico e, como esse fazer pedagógico deve ser feito com a criança na prática, evitando utilizar somente a teoria. A educação de Rousseau, não é científica e sim uma educação simples, que faz com que Emilio se torne um ser humano melhor (ROUSSEAU, 1995, p. 229).

Emilio, antes de ser qualquer coisa ou exercer qualquer profissão é um ser humano, e sendo como tal ele pode ser cidadão de qualquer país e ter qualquer profissão. Mesmo que algum dia Emílio seja um escravo, ele não deixará de ter suas características de ser humano, pois para ele ser humano é, uma condição de estar no mundo. O ideal é não permitir que a criança tenha acesso a um conhecimento pronto e acabado, ou seja, instruir a criança apenas no que diz respeito ao conhecimento repassando do professor ao aluno, mas sim, ajudar a criança a encontrar e desenvolver esse conhecimento dentro de suas possibilidades.

Enquanto a humanidade lhe for quase estranha não podendo elevá-la à condição de homem rebaixai para ela o homem à condição de criança. (ROUSSEAU, 1995, p. 232). Rousseau, aspira que o homem ou a mulher de sua época não conseguia entender o estado da criança e ele propõe uma definição de infância como uma categoria de ser humano. O adulto se difere da criança pois, a criança tem outras condições, um outro mundo, uma outra ótica e, por isso, ela deve ter outra educação e um outro tratamento.

Atualmente o ser criança está perdendo sua condição de infância. Rousseau, demonstra que a criança deve ser o centro do processo de ensino e aprendizagem e, que sua aprendizagem somente acontece quando existe espaço para que ela possa construir sua própria autonomia. Portanto é, necessário estimular na criança o desejo de aprender. Nesse sentido, o educador precisa conhecer suas potencialidades para que assim possa oferecer atividades que possibilitem o correto desenvolvimento dela. A criança precisa se sentir à vontade para vivenciar e experimentar cada momento do processo de ensino e aprendizagem. As atividades utilizadas não podem ser prontas e acabadas sem espaço para construção do novo e, as intervenções devem ser necessárias. Sendo assim, o papel do educador será mediar o conhecimento no processo de ensino e aprendizagem da criança.

Outra questão abordada pelo autor é, a importância da afetividade no processo da construção da aprendizagem. Deste modo o conhecimento adquirido pelo homem ou pela mulher se perpetua devido ao encontro afetivo e emocional e, advindo da curiosidade os conteúdos aprendidos se tornam mais interessantes. A educação não deve se basear somente em números, notas e memorização de conteúdos com objetivo de tirar notas significativas pois, o aprendizado de forma espontânea não pode ser reprimido.

Rousseau, com suas ideias trouxe grandes colaborações para a educação. Primeiramente, ele tirou o professor como centro da educação e, colocou a criança. Assim, a educação deve ter um olhar diferenciado para o estudante, onde sejam elaborados processos e procedimentos metodológicos voltados para a melhor aprendizagem possível.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho permeou entre possibilitar uma compreensão aprofundada sobre o filósofo Jean-Jacques Rousseau, além de suas ideias que contribuem de forma expressiva para a educação no contexto em geral. O desafio em que o professor encontra em sala de aula, na alfabetização da criança, e na educação do estudante, faz uma reflexão sobre a prática que o professor desempenha em sala de aula e, a relação professor-estudante no papel da família e em todo processo educacional.

O ensino da leitura e da escrita que anteriormente fazia-se de forma decorada, agora passa a ser pensada mediante a ideia de que o estudante está continuamente em construção do seu conhecimento, ou seja, que ele não é uma tabula rasa e que não só recebe o conhecimento, como também tem a capacidade de o construir. A criança em si é vista pelo professor como um ser único, com qualidades, autonomia e, capacidade de aprender e ensinar.

A mediação feita pelo professor precisa ser de forma disciplinada para que o estudante não perca sua essência. Rousseau, afirma que quanto menos intervenção houver do adulto, mais a criança aprenderá de forma natural, aprendendo não só os conhecimentos específicos, mas também os conhecimentos sobre a moral a ética e valores, bem como entender que a aprendizagem da criança acontece de forma incessante, recebendo influências de sua cultura, história, contexto social e convivência com os outros, nos mostra que a educação não se aprende somente em sala de aula, mas também, em todos os momentos durante sua vida. Os conhecimentos adquiridos na escola é um complemento para o convívio em sociedade.

Portanto, as crianças precisam de um ambiente escolar e conteúdo que causem curiosidades, para desenvolver suas habilidades e promover um aprendizado incessante. Para isso, cabe ao professor ser o facilitador e mediador nessa relação, levando as crianças a preservarem a sua essência, sem que culmine em castigos e privações desnecessárias.

A infância para Rousseau é a fase principal da criança, em que ela tem o direito de ser ela mesma. Antes se pensava que a criança era um adulto em miniatura Rousseau, em suas ideias nos mostra que devemos ter um olhar diferenciado para essa fase, ressaltando a necessidade da autonomia que ela deve possuir. Esse olhar para a educação é indispensável nos processos de alfabetização, possibilitando uma compreensão das verdadeiras necessidades que as crianças demonstram, ajudando de forma correta em sua construção do conhecimento.

Por isso, cabe ao professor entender a realidade de seu estudante, suas necessidades e respeitar suas vivências, para que no final do processo de ensino e aprendizagem o professor conclua o seu objetivo no trabalho pedagógico.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. 1 ed. São Paulo: Moderna, 1989.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2 ed. Rio de Janeiro: Ltc, 1981.
- BARBOSA, José Juvêncio. **Alfabetização e leitura**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: Unesp, 1999.
- CERIZARA, Beatriz. **Rousseau: a educação na infância**. São Paulo: Scipione, 1990.
- DAVIS, C; OLIVEIRA, Z. **Psicologia na educação**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. São Paulo: Hedra, 2010.
- FERREIRO, Emília. **Alfabetização em processo**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1988.
- FERREIRO, E; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. 3 ed. Porto Seguro: Artes Médicas, 1990.
- FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. 20 ed. São Paulo: Cortez, 1992.
- FORTES, L.R.S. **Rousseau: da teoria à prática**. São Paulo: Ática, 1976.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Política e educação**. São Paulo, Cortez, 2005.
- GADOTTI, Moacir. **Autonomia da escola - princípios e propostas**. São Paulo:1998.
- GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. 8 ed. São Paulo: Ática, 2008.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- KUHLMANN, Moysés Jr. **Infância e educação infantil uma abordagem histórica**. 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- LOGOS: Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia. **Autonomia**. São Paulo/Lisboa: Verbo, 1997.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1994.
- LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação e da pedagogia**. 15 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1984.
- PISSARRA, M. C. P. **Rousseau: a política como exercício pedagógico**. São Paulo: Moderna, 2005.

ROSA, Maria da Glória. **A história da educação através dos textos**. 2 ed. São Paulo: Cultrix, 1972.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Contrato Social**. Tradução de Lourdes Santos Machado. Introdução e notas de Paul Arbousse-Bastide e Lourival Gomes Machado. São Paulo: 2. ed. abril, 1978. (Coleção Os Pensadores)

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**. Rio de Janeiro: Berthand, 1992.

ROUSSEAU, J. -J. **Emílio ou da educação**. 2. ed. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SAVIANI, Demerval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo, Cortez Editora/Autores Associados, 1980.

STRECK, D. R. **Rousseau & a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.